

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Se eleita senadora, Michelle tomará conta do marido?

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro teve sua candidatura ao Senado pelo PL do Distrito Federal confirmada neste domingo, 2, em convenção local da sigla. Era esperado um primeiro encontro entre Michelle e seu enteado Flávio Bolsonaro, candidato do PL a presidente da República.

Antes da reunião ela publicou uma foto no Instagram mostrando que ainda estava hospitalizada por conta de crises recorrentes de enxaqueca. A expectativa no partido era de que fosse liberada a tempo de participar do evento. Mas a ex-primeira-dama não apareceu.

No sábado a presidente regional do PL-DF, deputada Bia Kicis, se lançou candidata ao Senado e declarou que Michelle confirmara que integraria a chapa.

A foto publicada no Instagram fez lembrar seu marido, Jair Bolsonaro, que durante as campanhas eleitorais costumava divulgar fotos em passagens por hospitais. Isso desencadeou entre aliados e adversários especulações sobre se será essa também uma estratégia da campanha da ex-primeira-dama.

Houve ainda especulações de que a enxaqueca foi providencial para evitar o reencontro com Flávio, a quem Michelle acusou em vídeo de tê-la maltratado após ela criticar a aliança do partido com o candidato do PDT a governador do Ceará, Ciro Gomes.

Uma curiosidade também levantada por

aliados e adversários do bolsonarismo: segundo a defesa, Geovanna Lima, irmã de Michelle, foi chamada a prestar auxílio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à filha do casal.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que Geovanna entre e permaneça na casa onde o ex-chefe do Executivo cumpre prisão domiciliar enquanto a ex-primeira-dama passar por exames hospitalares.

Moraes determinou que, assim que Michelle retornar do hospital, o STF deverá ser comunicado “imediatamente”. Afinal, um dos motivos para que ele autorizasse a prisão domiciliar humanitária do marido foi o fato de a ex-primeira-dama ter-lhe garantido, em encontro no dia 23 de março, que tomaria conta em tempo integral de Bolsonaro.

O ex-presidente havia sido internado com sinais de broncopneumonia. Segundo Michelle, se ele tivesse sido socorrido cerca de uma hora mais tarde, poderia ter morrido. Ela afirmou que Bolsonaro não pode ficar sozinho pelo risco de broncoaspiração causada pelos soluços, especialmente à noite. Daí a necessidade de sua presença em casa.

Além disso, segundo a defesa, Bolsonaro toma remédios que alteram sua capacidade de entendimento. Os advogados chegaram a afirmar que esses remédios poderiam ter sido a causa de ele ter tentado violar sua tornozeleira eletrônica com um ferro de solda, em novembro de 2025, o que resultou em sua prisão preventiva depois revista.

A pergunta que fica é: e se a ex-primeira-dama for eleita senadora, como ela cumprirá a missão de tomar conta do marido em tempo integral?

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Lições das tarifas — Como o Brasil perdeu influência comercial

O tabuleiro comercial sofreu um realinhamento profundo, e o Brasil moveu-se tarde e mal. A confirmação de que o USTR concluiu a investigação sob a Seção 301, oficializando a sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, é um revés severo. Mas, acima de tudo, é um diagnóstico implacável sobre o amadorismo e a saturação ideológica que paralisam nossa diplomacia governamental.

Diferentemente do tarifaço de 2025 — derrubado por seu vício político —, a investida atual possui blindagem técnica por ser um processo administrativo da Seção 301, de difícil reversão. O USTR apontou “práticas injustas”, misturando assimetrias reais (etanol, propriedade intelectual e tarifas) com pautas sobre soberania, como o escrutínio sobre decisões do STF contra big techs, combate à corrupção e desmatamento.

Soma-se a isso a contaminação de agendas, a chamada linkage diplomacy. A recente classificação de facções brasileiras como organizações terroristas por Washington fundiu governança econômica e segurança nacional. O comércio virou moeda de troca geopolítica de alta complexidade — tabuleiro em que nossa diplomacia estatal demonstrou pouca agilidade de manobra.

Diante desse cerco previsível, Brasília respondeu com passividade técnica e retórica inflamada para consumo interno. O Planalto preferiu a inércia para explorar o desgaste eleitoralmente. Essa postura gerou forte reação da FIESP, que

criticou o governo por alimentar “ruídos desnecessários” e priorizar conflitos personalistas em vez da economia. Estão certíssimos.

A ameaça da Fazenda de retaliar via “Lei de Reciprocidade” expõe um desconhecimento preocupante de mercado. Como ex-diretor da Apex-Brasil, sei que barreiras de vingança encarecem insumos, asfixiam importadores e destroem empregos logísticos. A obsessão por superávits ignora que potências modernas usam importações estrategicamente para criar dependência mútua, e não guerras emocionais.

Enquanto Brasília flerta com o confronto, os EUA dão uma aula de realpolitik. Junto aos 25%, o USTR aplicou 2.100 exceções, poupando setores como aeroespacial (Embraer), café e carnes. Onde o Brasil tem indispensabilidade estrutural, a tarifa caiu para blindar o americano da inflação e, onde somos substituíveis, fomos atingidos sem hesitação.

Esta assimetria ficou clara nos bastidores. Diante da omissão oficial, canais de representação setorial agiram. A articulação privada levou a Washington dados técnicos que provaram o impacto das tarifas nas próprias indústrias americanas, mitigando as sanções — esforço do qual participo ativamente nos EUA desde as primeiras medidas. A Casa Branca responde a dados e à articulação direta, não a notas de repúdio.

A lição é urgente: a inserção internacional do país não pode ser refém de voluntarismos. O protecionismo não se combate com indignação, mas com inteligência comercial. Para reaver a confiança, o Brasil precisa devolver o protagonismo à diplomacia corporativa privada. Sem eficiência interna e interlocução técnica despida de ideologia, assistiremos passivos à erosão de mercados que levamos décadas para conquistar.

EDITORIAL

A barreira jurídica ainda não salva as mulheres

A iniciativa de utilizar sistemas de alerta para avisar mulheres sob medida protetiva sobre a aproximação de seus agressores representa um avanço importante na proteção às vítimas de violência doméstica. Ao permitir que uma mulher seja avisada antes que o risco se transforme em uma nova agressão, a tecnologia passa a atuar como um instrumento de prevenção e pode oferecer tempo para que ela procure um local seguro ou acione as autoridades.

Ao mesmo tempo, é impossível não enxergar um aspecto preocupante nessa evolução. O fato de soluções como essa serem necessárias evidencia que os mecanismos tradicionais de proteção ainda não conseguem impedir, por si só, que muitas mulheres continuem expostas à violência. A existência de uma medida protetiva deveria ser suficiente para afastar o agressor. Na prática, infelizmente, nem sempre é.

Essa é uma das maiores contradições do enfrentamento à violência contra a mulher. O ordenamento jurídico brasileiro avançou significativamente nas últimas décadas. As leis se tornaram mais rigorosas e a conscientização da sociedade evoluiu. Ainda assim, continuam sendo frequentes os casos em que decisões judiciais são descumpridas e mulheres permanecem vulneráveis mesmo depois de recorrerem ao Estado.

É justamente nesse espaço entre a proteção prevista na lei e a segurança efetivamente garantida que a tecnologia passa a desempenhar um papel cada vez mais relevante. Sistemas de monitoramento eletrônico, geolocalização e alertas em tempo real não substituem a atuação da Justiça nem das forças de segurança. Eles complementam essas políticas, reduzindo o tempo de resposta e aumentando as possibilidades de prevenção.

Naturalmente, nenhuma ferramenta tecnológica deve ser tratada como solução definitiva. O combate à violência doméstica continua dependendo de investigação eficiente, fiscalização do cumprimento das medidas protetivas, responsabilização dos agressores, acolhimento às vítimas e ações permanentes de educação e prevenção. Nenhum aplicativo ou sistema eletrônico será capaz de resolver sozinho um problema que tem raízes sociais, culturais e comportamentais profundas.

Celebrar o avanço tecnológico não significa aceitar a violência como algo inevitável. Significa reconhecer que, diante de um problema persistente, o Estado precisa utilizar todos os recursos disponíveis para preservar vidas.

OPINIÃO DO LEITOR

Hesitações no período eleitoral

Além da Inteligência Artificial, em que um robô pode decidir o seu voto, há a urna eletrônica auditável, mas sem o voto impresso. As eleições de outubro não serão para amadores. Vamos ser os mais transparentes possíveis, voltando ao voto manual, onde a contagem levava mais tempo, mas não deixava dúvidas.

Luiz Felipe Schittini, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal